

MIGRAÇÃO EM ROLIM DE MOURA E OS INTERESSES DO ESTADO

Maria Aparecida da Silvaⁱ

RESUMO. Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado que fornece dados para este artigo cujo interesse é interesse de apresentar à sociedade as influências do Estado em consonância com o processo migratório para Rolim de Moura. A investigação pautou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental sobre as *ações do Estado* voltadas para esta região desde seus primórdios considerando os motivos reais para a implantação deste município. Os dados obtidos foram confrontados com as experiências de vida dos migrantes que vivem nesta localidade desde a década de 1970. Verificamos que a presença do Estado deu-se de fato após árduo trabalho dos migrantes agricultores que abriram as linhas vicinais e suas terras, isto é, o suporte necessário para que a o governo pudesse atuar, explorando os potenciais econômicos que gerariam divisas ao Estado bem como garantir a presença neste espaço geográfico que sedia o Vale do Guaporé.

Palavras – chave: Migração - Estado – Amazônia – Rondônia - Rolim de Moura.

62

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da dissertação de mestrado cujo título é “Os Migrantes das décadas de 1970 e 1980 e sua História em Rolim de Moura – Rondônia - Brasil”. Concomitantemente ao estudo do tema migração para esta região, há de se interagir e refletir a presença do Estado via ‘gabinete’ e por meio dos órgãos representativos, encaminhando os migrantes que por sua vez, ocuparam e colonizaram as terras rolimourenses tornando – as “famosas” em todo Estado de Rondônia de acordo com sua evolução econômica e política. Neste prisma o presente artigo tem como principal objetivo compreender os motivos do Estado nesta região de Rolim de Moura.

Diante do presente exposto o que se indaga é: Qual a posição do Estado em relação a ocupação da Amazônia, Rondônia e Rolim de Moura? O que o Estado pretendia para Rolim de Moura, uma localidade que deveria ser somente um núcleo

rural em Rondônia, Amazônia brasileira? Que ações do Estado para a região de Rolim de Moura? Porque Rolim de Moura?

Para responder tais indagações o estudo em questão analisou dados bibliográficos e documentais sobre as ações do Estado deste a condução do processo migratório contextualizando a migração de diversos estados brasileiros rumo a Amazônia, Rondônia e como não poderia de ser, para Rolim de Moura. Facilitando uma discussão do quadro teórico, primou-se por gravar as histórias de vidas dos migrantes colaboradores para que houvesse possibilidade de conhecer com mais exatidão a participação popular dos migrantes na construção do espaço rolimourense e a participação do Estado no processo de desenvolvimento de Rolim de Moura.

Pressão do capital, ‘onipresença’ do Estado

Os interesses do capital imperialista no Brasil sempre induziram o Estado brasileiro a tomar posição estratégica favorecendo grandes grupos econômicos internacionais e excluindo a população com políticas assistencialistas, evitando conflitos que viessem denegrir a imagem do Estado frente aos investimentos externos em território nacional.

A ocupação da Amazônia via migração forçada e induzida exerceu o papel de expropriar a terra em convivência com o Estado. A onipresença do Estado na década de 1970 na Amazônia e em Rondônia tirou em parte sua responsabilidade no que concerne o desmatamento ambiental em detrimento do progresso econômico da região.

As políticas públicas foram substituídas por políticas sociais tais quais saúde educação, saneamento básico, ‘estradas’, que, aliás, em péssimo estado de conservação. A percepção que se tem é que o intuito era consolidar o povoamento de seu território. Povoando, o Estado estaria garantindo a ocupação e colonização, inibindo as manifestações sociais no Centro – Sul do Brasil e efetivando políticas estratégicas no campo geográfico, político e econômico, priorizando o controle do território e esvaziando os conflitos pela terra nas demais regiões brasileiras, mas, gerando uma gama de problemas, tais como a concentração fundiária na região,

pois, o INCRAⁱⁱ, segundo Cardoso e Muller (1977) ao mesmo tempo em que agia na promoção da colonização particular, também executava a colonização oficial dirigida, ou seja, na tentativa de agradar a dois ‘senhores’, estava contribuindo para que houvesse conflitos entre indígenas, posseiros, colonos, fazendeiros, entre outros agentes envolvidos.

Os autores afirmam ainda que:

“A colonização dirigida parece, portanto, como um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas como uma alternativa para a ‘pressão’ demográfica em certas áreas do país. Uma espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores sem que medidas drásticas sejam tomadas para reestruturar o estatuto da propriedade.” (1977, p. 141)

Se por um lado na História deste país há garantias de privilégios aos grandes latifundiários, incentivar a migração em busca de terra e trabalho é um caminho pelo qual os governos de modo geral ofereciam e continuam oferecendo como possibilidades de vida ‘melhor’ aos migrantes que sem alternativa, ou expulsos do espaço que ocupavam, seja pelo domínio do latifúndio e também pela substituição da mão-de-obra humana pela mecanização, almejam uma vida melhor conquistando seu pedaço de chão. Este resultado é decorrência das mudanças do comportamento agrícola, a superlotação urbana e conseqüentemente os graves conflitos sociais.

Diante de tais fatos o governo precisava urgentemente solucionar ou pelo menos apaziguar as situações do momento. A alternativa seria divulgar por meio dos MCSⁱⁱⁱ a existência destas terras e estimular a vinda de quem não tinha nada a perder em meio ao caos já estruturado, seguindo exemplos dos períodos áureos do Estado brasileiro, a borracha, a construção de Brasília, por exemplo. Esta medida controlaria os ânimos daqueles que estavam sendo ‘despejados’ de sua terra natal ou, de onde havia escolhido para viver, ou melhor, sobreviver. Para Cardoso e Muller (1977) estas pessoas “vem para tentar uma melhora no padrão de vida, motivado geralmente pela idéia de vir a ser ‘um futuro proprietário garantido pelo governo.’”

Em síntese, o Estado urgentemente deveria de acordo com Ianni (1979) fazer – se presente em regiões inóspitas “as terras – do – sem – fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, de modo a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo.” – Ocupando a Amazônia outras regiões estariam disponíveis para a ação imperialista do capitalismo em detrimento do ‘progresso’ do Brasil. Mesmo que esta ocupação se utilizasse do trabalho e mão-de-obra de milhares de pessoas sem opção de escolha para suas vidas.

Amazônia, uma ocupação real e um “acompanhamento” do gabinete estatal

No processo de ocupação das terras amazônicas e sua formação histórica, os migrantes sempre vieram trabalhar para sustentar uma hierarquia econômica, o capital estrangeiro e a política nos diversos períodos da história brasileira. Segundo Amaral, sucessão de fatos vem “produzindo uma grande massa de excluídos que chegaram à procura de terra” implicando dizer que a Amazônia é o caminho na tentativa de solucionar os problemas que assolavam o país num todo, e neste caso, a região ora mencionada é resultado concreto da união de milhares destas pessoas, ou seja, dos contingentes migratórios procedentes do Nordeste, Norte, Centro Oeste, Sudeste e Sul do País.

No entanto, isso ocorre sob visões simplificadoras sobre a Amazônia por parte do governo federal, que estrategicamente ocupa esta região tentando alcançar tais objetivos: viabilizar e subsidiar a ocupação de terras; bem como implantar redes de integração espacial via rede rodoviária, com destaque para transamazônica e a perimetral norte; Cuiabá – Santarém; Cuiabá Porto Velho (BR 364) e Porto Velho – Manaus, além da rede de telecomunicações e rede urbana. Para que seus objetivos fossem alcançados criou-se o INCRA cujo objetivo foi escolher quem seria os proprietários destas terras. Um processo altamente seletivo.

De acordo com Becker (1990) “esse processo seletivo decorre em grande parte, do mecanismo moroso e burocrático do INCRA, que, não liberando o título de propriedade do colono, impede o acesso ao crédito favorecendo a perda da terra.” - E para a efetivação desta estratégia estipulada e utilizando-se da expressão

“Integrar para não entregar” o governo brasileiro usa os meios de comunicação social, manobrando os grandes conflitos nos grandes centros urbanos e também no campo, articulando uma política de ocupação da Amazônia baseando-se nos seguintes Projetos, ou seja, os programas do governo federal para controlar e acelerar o processo de distribuição de terras na Amazônia e concomitantemente os conglomerados econômicos, sendo eles “Borracha, colonização e eixos rodoviários, pecuária, hidroelétricos, mineração, madeireiros, incentivos fiscais e siderúrgicos: tendo seus beneficiados, excluídos e as mais diversas conseqüências.” (AMARAL, 2007, p.55)

Entretanto, não houve a preocupação de analisar a viabilidade sustentável destes projetos para o meio no qual estava sendo inserido, ou seja, não houve um estudo preliminar a título de conhecer as potencialidades do solo para fins agrícolas e pecuários. Porém, o que se viu em toda a Amazônia foi uma ocupação sem nenhum tipo de controle estatal, havia a sensação de caos e partir do ‘caos’ estruturado, Amaral ressalta: “O Estado surge, então, como acentuador e magnificador das contradições sociais, na verdade produz um espaço urbano de populações extremamente empobrecidas e efetivamente não consegue estruturar o espaço rural.” (2004, p.79)

Portanto, a política de ocupação jamais contribuiu para o desenvolvimento humano, haja vista os inúmeros interesses do Estado em jogo. Neste caso, a presença do Estado na região não efetivou concretamente suas ações, isto é, políticas públicas eficazes que pudessem assegurar o progresso, a dignidade humana e a preservação ambiental.

Rondônia referência de ocupação

Em Rondônia não foi diferente. A ‘distribuição controlada da terra’ seguiu o planejamento do governo federal que, por meio do INCRA utilizou os projetos que poderiam auxiliar na efetivação de uma reforma agrária que continuou a serviço das empresas particulares brasileiras da região Centro–Sul. Estas empresas foram propiciadas com terras localizadas as margens da BR 364. E mesmo que houvesse

o interesse do órgão em fiscalizar, este por sua vez, assistiu a uma ‘corrente migratória de forma desordenada’ chegar às terras rondonienses.

Santos destaca:

“É certo que no caso de Rondônia, e isso se constitui sua grande particularidade, pelo fato de seu processo de colonização ser totalmente de natureza oficial, houve um claro caráter distributivista na condução do mesmo. Porém, os projetos posteriores aos Projetos Integrados de Colonização, os PICs, já primavam pela seletividade, de vez que a política oficial já se voltava para os grandes empreendimentos agropecuários na Amazônia” (2001, p. 71)

Mesmo tendo um caráter distributivista, Becker lembra que somente “um pequeno número de parceleiros é assentado com toda assistência do Estado, atraindo grande massa de população, que ‘espontaneamente’ se assenta com suas próprias mãos, de acordo com o modelo oficial, tendo depois sua situação regularizada.” (1990, p. 148) - Muita gente ficou fora dos projetos de assentamentos em Rondônia, sendo obrigadas a viver de meeiros em terras alheias ou então, do subemprego nas cidades que cresciam rapidamente.

Segundo Carlos Santos, o perfil do migrante, dos parceleiros, alterou com o processo de ocupação e colonização da área denominada hoje Rondônia. Na década de 70, havia o predomínio dos nordestinos, haja vista, que estes eram os antigos soldados da borracha ou então filhos desta geração de migrantes. Nos anos 80, o quadro se inverte, neste caso os sulistas são maioria, seguido por migrantes do Centro-Oeste e do Sudeste. Para Becker (1990), praticamente todos realizaram mais de uma etapa migratória, em geral três. Estas pessoas contribuíram na formação da população ‘rondoniense’, que na década de 1990 é composta por migrantes do Sudeste, acompanhados por sulistas. Santos lembra que “Tais migrantes, principalmente os sulistas, possuíam uma tradição de campesinato, de propriedade familiar da terra, diferentemente dos nordestinos, que culturalmente, dado ao latifúndio canavieiro, na zona da mata, não tinham uma relação de propriedade com a terra.” (2001, p. 77)

Neste caso, em Rondônia estabeleceram-se políticas depredatórias originando processos sociais que segundo Ianni (1979) tornaram Rondônia um

Território-problema para o poder público. Tanto assim que o governo passa a dificultar a ida de migrantes para estas terras. Mesmo assim, o Estado não consegue evitar o que consideramos ‘migrações espontâneas’, isto é, omitindo-se de suas responsabilidades deixando os migrantes agricultores a mercê da própria sorte. Conforme Cardoso e Muller (1977), o Ministério do Interior afirmava que o migrante ao chegar ao território, depara-se basicamente com problemas de duas ordens: dificuldades relativas à aquisição de terras e deficiência de serviços públicos no Território. Com a falta de informações quanto ao uso racional dos recursos naturais, os assentados iam desmatando a floresta, incentivados pelo órgão responsável: o INCRA, quer dizer, o desmatamento era fundamental para a ocupação destas terras e o progresso da região.

A ‘opção’ dos migrantes por Rolim de Moura e os interesses do Estado

Analisar os interesses do estado no desenvolvimento da região de Rolim de Moura é identificar antes de tudo as pretensões em relação à Amazônia e neste caso também a Rondônia, uma vez que, mesmo não se sentindo parte da Amazônia os migrantes em foco estão inseridos neste espaço geográfico.

Sendo Rolim de Moura, um Projeto de extensão agrícola e consequentemente grande celeiro madeireiro e agrícola, atrai para si interesses estratégicos no campo político e econômico para o então Território Federal de Rondônia, que ao se tornar Estado em 1981, vê a necessidade de gerar receitas e, quanto mais municípios, maior seria a arrecadação. De acordo com dados do Jornal “A Tribuna”, de 09\06\1983 revela que “Rolim de Moura representa em meados de 1983, 50% da carteira agrícola de Cacoal, que além das culturas de café, arroz, milho, feijão e mandioca, Rolim de Moura constitui - se de uma importante região de reserva madeireira. Atualmente, o mogno e a cerejeira, encontrados na área, representam grande fonte divisas para Rondônia.”

Neste caso, ao tornar-se município, Rolim de Moura geraria em termos econômicos e sociais benefícios para o Estado. Diante dessa situação constata-se

que a região tornar-se-ia um ponto de referência até mesmo na questão geográfica já que, estaria garantindo a ocupação e o controle do Vale do Guaporé.

Isso se evidencia com a presença do Estado a partir de 1980 na região, quando este inicia a abertura de estradas ligando a BR 364 com a RO 383, bem como a instalação de uma balsa no Rio Ji-Paraná na passagem para Rolim de Moura, o que possibilita conforme informações do Observador Amazônico^{iv}:

“criação e a implantação da Vila Rolim de Moura com definição e topografia de ruas e avenidas e o distrito industrial, além da construção de 36 pontes de madeira, 01 escola com 05 salas, agência dos correios, CERON, TELERON, Delegacia de Polícia e um Hospital em Rolim de Moura, ainda distrito de Cacoal.” (Ano 3, Fevereiro \ Março de 1980)

Esta estrutura viria minimizar problemas ocasionados pelas chuvas principalmente no que se refere a questão das estradas. Segundo noticiários do Jornal Alto Madeira de Janeiro de 1979 trazia em destaque que “Devido as chuvas constantes, Comunidades ligadas a BR 364, como a sede do Projeto Rolim de Moura (Município de Cacoal em Rondônia) estão praticamente isoladas e que se não acontecerem dias seguidos de sol toda a área poderá sofrer violentamente com problemas de abastecimento básico.”

No entanto, a ação do Estado só se fez presente na região quando Cacoal reivindicou junto ao então governador Jorge Teixeira para que fizesse a abertura e conservação das estradas vicinais, via BR 364 – RO 383; RO 010 – entre Pimenta Bueno e Rolim de Moura e a Linha 208 – ligando Cacoal a Rolim de Moura, ambas estabeleciam e continuam estabelecendo comunicação terrestre entre estas cidades.

Até 1979 e início de 1980 o inverno amazônico, isto é, o período chuvoso, de modo particular, a via de acesso possível era a aérea. Neste caso a vinda e a saída de pessoas a Rolim de Moura por este meio de transporte atendia a quem possuía certo poder aquisitivo, conforme nos lembra um antigo morador de Rolim de Moura, Altamiro Silva^v:

“E daí, aí veio as dificuldades do povo que não tinha prá onde ir...doenças! Aí a turma carregava nas rede que vinha prá Rolim de Moura e ia embora pra Cacoal de avião, se não tinha avião muitos chegava a morrer até na estrada. E nós sofreu ali muitas vezes naquela pista de avião. Ali não adiantava ir de carro. Chegava lá não tinha ônibus que passava no rio, tinha que larga o carro lá. Tinha que ir de avião. E como a gente já tinha um ‘alicercezinho’, tinha um dinheirinho a gente ia de avião, mais e os coitados que ia a pé. A gente ia de avião e via os cara indo na 184 de a pé. Outros na 208. Não podia nem pagar um avião. Era cinco cruzeiro, a gente pagava de avião na época, mais era doze minutos estava em Rolim de Moura. Enquanto os coitados levavam o dia inteiro de lá pra cá.” (SILVA, 2010)

Tudo era válido na época para se conseguir um lote agrícola, uma vez que em Rolim de Moura, segundo Santos efetivou-se o ‘típico modelo distributivista que caracterizou a colonização oficial rondoniana’. As evidências apontam que os contemplados dentro dos PICs não eram ou, pelo menos, não deveriam ser, agentes capitalizados e sim o pequeno agricultor expropriado de sua região de origem, ou sem terras, em busca de condições de subsistência no campo, por meio da agricultura familiar.

Assim, a partir de 1976, “em face da intensa ocupação espontânea de terras ao sul da BR criou-se o setor Rolim de Moura, com 21.169 lotes, reduzindo-se a ação estatal à abertura do eixo viário central e à demarcação dos lotes.” (Becker, 1990, p. 156) - Todavia, a ocupação ‘espontânea’ nada mais é que um povoamento induzido, de forma que na opinião da mesma autora o Estado praticamente nada fez, devendo-se a abertura das estradas, construção de pontes, escolas, igreja e da própria cidade de Rolim de Moura, aos migrantes.

Os migrantes que chegaram até o ano de 1984, tinham a chance de ser contemplados na seleção para a aquisição dos lotes agrícolas. A Revista Momento traz como encarte em uma de suas edições “em 1984 o presidente Figueiredo entregou 3.700 títulos aos sem terra, beneficiando agricultores assentados em diversos projetos nos municípios que resultaram da Colonização iniciada em 1970 pelo INCRA, entre eles está Rolim de Moura. A partir deste período, o acesso a terra foi reduzido drasticamente. Muitas famílias que vieram para esta região repetiram aqui experiências similares pelas quais haviam vividos em seus estados de origem

ou, por onde passaram, como resgata o casal de migrantes Dicéia Vieira Keler e Jorge de Souza Keler^{vi}:

“Primeiro a gente veio prá Rondônia prá poder a gente ‘miorar’ a situação porque lá no Espírito Santo a gente vivia em terra dos outros e era muito sofrido lá. É que quando a gente veio pra cá a gente não tinha dinheiro pra comprar terra. Em todos os locais onde moremos em Rondônia sempre trabalhamos em terra dos outros.” (KELER, 2010)

Sem terra para trabalhar a opção foi entrar no MST^{vii} e ocupar fazendas, cujas terras eram devolutas, neste caso a fazenda “Morimoto” localizada em Alto Alegre dos Parecis. Na tentativa de minimizar os problemas locais o governador da época, José de Abreu Bianco, ofereceu terras cedidas pelo INCRA em Buritis. Dezenas de famílias se deslocaram para esta localidade com o objetivo certo de adquirirem seu lote de terra. Sr. Jorge de Souza Keler em sua fala destaca:

“Nós foi em vinte e cinco famílias. Tudo já...alguém levou mudança quando foi. Nós já tinha certeza da terra. Mais foi até uma surpresa que a gente teve porque foi diretamente o INCRA que entregou esta terra prá nós lá. Quando o INCRA entregou esta terra prá nós lá, aí loguinho com seis meses veio o problema. Quem não desmatasse, nós vamos tomar a terra.”(KELER, 2010)

O processo se recria, 20 anos após o início da colonização agrícola em Rondônia nos mesmos moldes, onde o agricultor é forçado a desmatar, caso contrário, poderiam perder a posse definitiva da terra. Levando a crer que mesmo com todo um aparato e estrutura legal que pudesse contribuir para uma ocupação mais humanizada e equilibrada ambientalmente na região, o próprio estado cria obstáculos para que isso ocorra. Surge a contradição dez anos após, quando o agricultor precisa manter-se na área por meio da abertura da floresta e este, é barrado, de acordo com as leis ambientais.

Estes fatos permitem compreender os interesses do estado no desenvolvimento da região de Rolim de Moura e considerar as pretensões em relação à Amazônia, e neste caso, também a Rondônia, uma vez que, mesmo não se sentindo parte da Amazônia os migrantes em foco estão inseridos neste espaço geográfico. Tendo este aspecto bem esclarecido, o governo federal pleiteia diminuir

a tensão dos grandes centros urbanos da época e ampliar os investimentos na indústria e mecanização agrícola nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

É sabido que não havia emprego para todos que deixavam o campo e tinham a cidade como destino, ou seja, o êxodo rural é gritante, as cidades superlotadas gerariam uma série de conflitos sociais na luta por emprego, moradia, saúde e educação de qualidade, isto sem considerar uma lista de benefícios necessários para se ter uma vida digna.

Aqueles que permanecem na zona rural são pressionados pela mecanização do campo, forçados deixam o trabalho nas fazendas ou vendem as pequenas propriedades para grandes fazendeiros e vêm nas propagandas do governo sobre as terras em Rondônia uma possibilidade de mudar de vida, chance de se tornar proprietário agrícola ou ampliar suas posses, já que, geralmente as famílias eram numerosas e todos viviam da agricultura. Segundo Pessoa, “o tempo passando, o sul do Brasil superlotando-se e a esperança, então, estava contida, ainda, nesta parte norte. E, quando em 1975 o INCRA fazia entrega dos primeiros lotes de terras a agricultores excedentes de Cacoal, estes fundaram Rolim de Moura.” (1988, p. 65)

Rolim de Moura em Rondônia tornou-se então, um dos destinos para milhares de migrantes, que chegou na década de 1980 a 100 habitantes hoje 50.249 mil habitantes, está situado na região centro sul do estado de Rondônia, aproximadamente a 477 km da capital Porto Velho e conforme as informações de Januário “Rolim de Moura é um dos municípios mais populosos de Rondônia, ficando atrás apenas dos municípios de Porto Velhos, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal e Jaru.” (2009, p. 43) – Assim como estes municípios citados que margeiam a BR 364, Rolim de Moura teve seu início a partir do PIN - Programa de Integração Nacional e do PIC Ji – Paraná (ou seja, sendo um desmembramento do PIC mencionado e a partir das novas áreas de assentamento ao longo dos eixos secundários da expansão de colonização, tendo em vista a impressionante dinâmica migratória nesta área, favorecendo sua emancipação política em 05 de Agosto de 1983 pelo Decreto Lei nº 071 do governo do Estado na época Cel. Jorge Teixeira de Oliveira, sendo assim desmembrado do município de Cacoal com uma área de 1457,885 km². Segundo dados do IBGE, em 2008 a população totalizou 50.499

habitantes. Seu primeiro prefeito foi Valdir Raupp de Matos, eleito em 9 de dezembro de 1984.

A impressionante dinâmica migratória nesta área deu-se em função das regiões Sul e o Sudeste do Brasil estar superlotadas gerando graves conflitos sociais. Diante de tais fatos, o governo precisava urgentemente solucionar os problemas demográficos e sociais. A alternativa seria então divulgar por meio dos MCS (Meios de Comunicação Social) a existência destas terras e estimular a vinda de quem não tinha nada a perder em meio ao caos já estruturado. Assim como o ciclo da borracha, a construção de Brasília, esta medida controlaria os ânimos daqueles que estavam sendo ‘despejados’ de sua terra natal ou de onde havia escolhido para viver, ou quer dizer, sobreviver.

Outro motivo que trouxe um elevado número de migrantes a Rolim de Moura foi o prejuízo que muitos tinham na agricultura com as geadas, principalmente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ouvindo as histórias que chegavam de Rondônia apresentando-a como uma terra promissora e favorável para quem desejava uma vida melhor, muitos resolveram trazer suas famílias sem pensar em um possível retorno. Adotando esta localidade com ‘terra natal’. Tornando-se uma opção de vida e garantia de sobrevivência para a população que se tornara rondoniana.

Considerações Finais

Este estudo inicial sobre a Migração em Rolim de Moura e os interesses do Estado nesta região considerou as pretensões e estratégias econômicas e políticas que viessem ocupar os vazios demográficos existentes na Amazônia e neste caso também a Rondônia uma vez que ambos fazem parte dos projetos de colonização oficial do governo federal, e as semelhanças são evidentes, uma vez que o processo se afunila, saindo do âmbito nacional, regional, estadual até chegar às pequenas localidades, neste caso Rolim de Moura.

Com o intenso fluxo de migrantes, a ocupação e colonização de Rolim de Moura mudaram os objetivos do INCRA. Isto é, a localidade que deveria se essencialmente agrícola aos pouco foi se transformando em um vilarejo, ou seja, de

um Projeto de Extensão Agrícola Rolim de Moura tornou-se um grande celeiro madeireiro e agrícola atraindo para si interesses estratégicos no campo político e econômico para o então Território Federal de Rondônia .

As estratégias de intervenção do estado na região de Rolim de Moura ocorrem justamente com o objetivo de controlar a ação da população contra representações do governo na localidade que se tornaria no futuro um município próspero. Era fundamental o Estado agir concretamente oferecendo benefícios sociais a população local. Tendo em vista a participação popular no progresso de determinada região, Rolim de Moura é um considerado um exemplo de que o próprio povo agiu, criou alternativas desde abrir estradas e picadas em meio a selva amazônica para que pudessem chegar a seus lotes, pois, o INCRA tão somente entregava o cartão tornando os migrantes agricultores proprietários de terra e indicando teoricamente o que encontraria no local, porém, os meios para chegar a estas terras dependia de iniciativas que os próprios migrantes deveriam tomar.

A omissão do Estado condicionou os colonos a cumprir os compromissos e as obrigações que pertenciam a ele, tais como abrir estradas, desmatar descontroladamente, expulsar ou entrar em acordo com os grileiros que estivessem em suas terras, construir suas casas, igrejas, escolas, caminhar longas distâncias a pé até seus lotes, comprar alimentos ou buscar atendimento médico quando conseguiam chegar ao hospital em Cacoal, ou seja, as ações do Estado só chegaram à Rolim de Moura bem depois que a iniciativa popular ocupou, colonizou e transformou a pequena vila em município de referência em diversas áreas para Zona da Mata, bem como para todo Estado de Rondônia.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Januário. **Mata Virgem, Terra Prostituta**. Porto velho: abg Gráfica, 2004.
- _____. **Latifúndios do INCRA**. Porto Velho: EDUFRO, 2007.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. Série Princípios. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- _____. MIRANDA, Mariana & MACHADO, Lia. **FRONTEIRA AMAZÔNIA: Questões sobre a Gestão do território**. Brasília: Ed. UNB \ Ed. UFRJ, 1990.

- CARDOSO, Fernando H. & MULLER, G. **AMAZÔNIA: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.
- História de Rolim de Moura**. Paper Informativo. Disponível em www.rolimdemoura.ro.gov.br. Acesso em 20 de Fevereiro de 2010.
- IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- JANUÁRIO, Maria Liriece. **Rolim de Moura: Uma viagem no tempo**. Rolim de Moura – RO: D' Press Editora e Gráfica, 2009.
- Jornal **Alto Madeira**, 24 de Janeiro de 1979.
- Jornal **Alto Madeira**, 09 de Março de 1979.
- Jornal **Tribuna**, 09 de Junho de 1983.
- Observador Amazônico. **A Revista da Amazônia**. Circulação Internacional, Ano 3, Fevereiro e Março de 1980.
- PESSOA, Maria do Socorro. **ROLIM DE MOURA – Um ponto vista**. CEGRAF, Brasília, 1988.
- Revista Momento. **A Revista da Amazônia**. Ed. Rota Oeste, Ano I, Nº 02, Setembro de 1984.
- SANTOS, Carlos. **A Fronteira do Guaporé**. Porto Velho: edufro, 2001.

NOTAS

ⁱ Professora de História na E.E.E.F.M. Priscila Rodrigues Chagas e Especialista em História Regional pela FAP e mestranda do Curso de História e Ciências Sociais, uma parceria entre a UPO e UMA da Espanha e UNIR. Professora da SEDUC – Rondônia. E-mail cidaselhorst@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ⁱⁱⁱ Meios de Comunicação Social.

^{iv} A Revista da Amazônia – Circulação Internacional.

^v Altamiro Silva esposo de Maria Teresa Tassi. Ambos são migrantes que vieram do Paraná para Rolim de Moura na década de 1970 e participaram da Cápsula Narrativa cedendo uma entrevista em Janeiro de 2010.

^{vi} O casal Dicéia Vieira Keler e Jorge de Souza Keler retrata um caso específico de migrantes retornados, ou seja, eles vieram em 1986 para Rondônia e retornaram para Minas Gerais. No entanto, como diz o ditado 'quem bebe da água de Rondônia volta'. Residentes na Linha 25, km 5, lado Norte, Rolim de Moura, Rondônia.

^{vii} Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras. Disponível em <http://www.mst.org.br/mst/home.php>. Acesso em 22 de Agosto de 2010.